

PLANO DIRETOR DE CAMPINAS: O FUTURO INCERTO DAS ÁGUAS

Ari Vicente Fernandes

Professor doutor | FAU-CEATEC PUC-Campinas
arivicfernandes@hotmail.com

PLANO DIRETOR DE CAMPINAS: O FUTURO INCERTO DAS ÁGUAS

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257 /2001) estabeleceu o prazo limite de 10 de outubro de 2006 para que todos os municípios com mais de 10.000 habitantes fizessem seu Plano Diretor. O Ministério das Cidades calcula que 1.062 municípios brasileiros se enquadravam nessa situação. Alguns resultados desse processo na cidade de Campinas (SP) e suas conseqüências regionais no que se refere ao manejo de recursos hídricos e áreas de proteção ambiental já podem ser vislumbrados.

O Plano Diretor de Campinas não se referencia em um desenho claro da futura ocupação e não-ocupação desejáveis do território municipal. A intenção revelada pelos mapas é poder dispor de quase toda a extensão do território municipal para a expansão urbana nas próximas décadas. Atitude similar foi tomada por alguns municípios vizinhos.

As obras futuras de drenagem, a cargo do poder público, vão acompanhar a cronologia das ocupações urbanas, ao sabor do mercado imobiliário. Tendem a ser uma articulação possível entre novas redes de microdrenagem, dispersas no território municipal. Diante desse quadro, é muito difícil desenvolver um plano setorial de drenagem municipal ou regional.

O TAMANHO DO PROBLEMA AMBIENTAL

As propostas apresentadas no plano para o meio ambiente corroboram essa intenção. Encontram-se no “Termo de Referência do Plano Diretor Participativo de Campinas” elaborado em agosto de 2006.

Em síntese, são preservados aproximadamente 223 km² do território municipal que possui 796 km², ou seja, 28% de sua área total. Essa porcentagem inclui as áreas de proteção permanente dos rios e córregos, os bosques e fragmentos de mata natural, as áreas agrícolas que devem ser mantidas, os “parques temáticos” e as partes da Área de Proteção Ambiental (APA) municipal cujo uso urbano está vedado, de acordo com as disposições do plano.

Hoje, da área total do município, perto de 478 km² (60%) representam território não-urbanizado de Campinas, e 318 km² (40%) já estão urbanizados ou parcelados. Se considerarmos como impeditivas de urbanização apenas as áreas de preservação, poderão ser ocupados nos próximos anos 255 km², expandindo em até 80% a ocupação urbana atual.

Os números apresentados não seriam problemáticos como parâmetros da evolução urbana de uma cidade-pólo de região metropolitana com mais de um milhão de habitantes. Mas, na realidade de Campinas, eles se tornam dramáticos. A taxa de crescimento anual da população – que já esteve ao redor de 6% nos anos 1960 e 1970 – está em declínio e ao redor de 1% (2005/2006).

A densidade média urbana efetiva da cidade que era de 61 habitantes por hectare em 1969 diminuiu em termos absolutos e chegou a 48 em 2005. São muito elevados os prejuízos urbanos e ambientais que a perda de adensamento vem causando à qualidade de vida urbana. A prática de produzir mais espaço urbano do que o crescimento populacional necessita é marca registrada da economia urbana de Campinas há décadas; incentivar a dispersão urbana, como o plano sugere, trará mais prejuízos ainda.

O quadro dramático, no entanto, não termina aí. Campinas é a principal cidade das bacias do Piracicaba e Capivari, a maior consumidora e contribuinte de águas das bacias, tendo responsabilidades e obrigações legais quanto à situação de escassez dos recursos hídricos.

O desenvolvimento sustentável já está deixando de ser uma “grife”, uma opção política, uma peça de retórica do discurso administrativo. A regulamentação crescente de serviços públicos e de proteção ao meio ambiente cria obrigações e ônus aos prefeitos quanto à sustentabilidade, tão maiores quanto mais impactos cause a política de evolução urbana posta em prática.

AUSÊNCIA DE DIRETRIZES REGIONAIS

Na Região Metropolitana de Campinas (RMC), dezoito dos dezenove municípios fizeram a “lição de casa”, enquanto, na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRH-PCJ), foram feitos planos em pelo menos 42 municípios dos 57 que a constituem. No entanto, deixou muito a desejar a interação dos planos de municípios vizinhos e a assimilação das diretrizes regionais das duas instâncias citadas.

Os méritos e defeitos de cada plano só serão avaliados a partir de agora, mas, se um desenho de ocupação regional de um plano metropolitano fosse feito com base nos planos municipais, teríamos no mapa uma colcha de retalhos. O mapa do futuro regional seria bem

diferente se os municípios estivessem preocupados em disciplinar sua expansão urbana, assumindo a necessidade de manter grandes extensões do território sem urbanização.

As propostas e ações do planejamento da região de Campinas são ainda incipientes, apesar de todos os planos e estudos feitos nas últimas décadas pelo governo estadual (cf. Fernandes, 2004, p.166-84). O Comitê de Bacias da UGRH-PCJ existe desde 1993 e dispõe de um acervo de estudos e propostas do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Piracicaba e Capivari, órgão criado em 1989. Sua missão é reverter a crônica situação de escassez dos recursos hídricos da região ante a operação do Sistema Cantareira, que transfere para a Grande São Paulo 31 m³ por segundo de água das cabeceiras da bacia. As ações do Comitê pouco ou nada interferem no modo de urbanização dos municípios que o constituem.

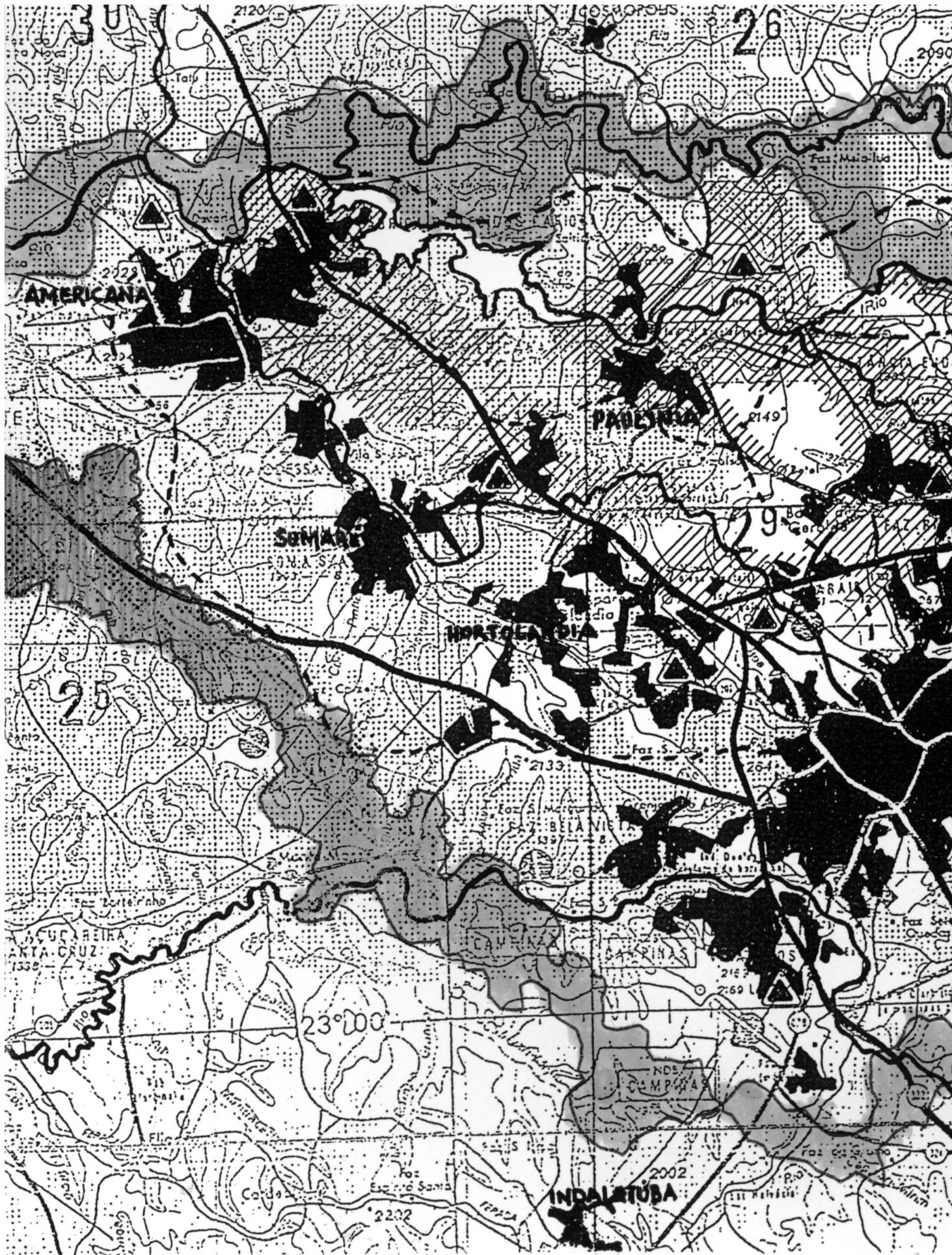
A RMC foi instituída em 2001 após muitos anos de polêmicas quanto ao peso dos municípios nas decisões. Sua regulamentação final foi alvo de críticas, principalmente no que se refere à ausência de participação direta da população nos órgãos de gestão. Até hoje não foi feito um Plano Diretor Metropolitano que permita integrar as diversas ações setoriais que, no entanto, continuam sendo decididas e postas em prática pelo Estado. As instituições de pesquisa e as universidades da região – em especial a Unicamp e a PUC-Campinas – têm muitos estudos e subsídios a oferecer, mas sua contribuição tem sido episódica e setorial.

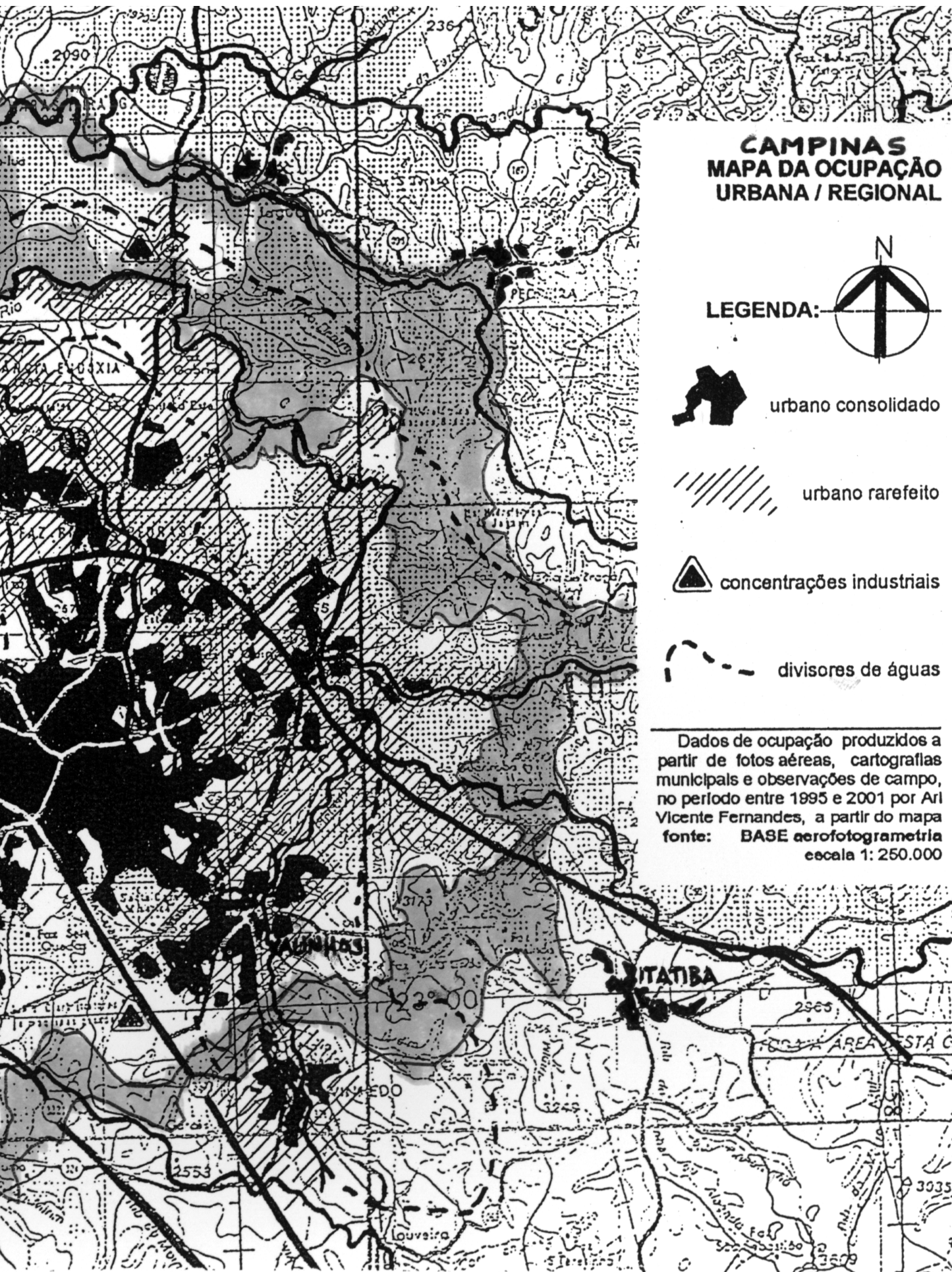
A intenção de elitizar Campinas como localização preferencial das classes de renda mais alta tem uma contrapartida. Se os ricos da região podem morar nos condomínios da cidade-pólo, os pobres de cujo trabalho ela necessita devem morar nas outras cidades. A solução desse modelo espacial depende de transporte intrametropolitano rápido.

Não é de estranhar que a primeira grande obra de âmbito metropolitano, que o governo do Estado executa, seja o corredor de transportes de ônibus noroeste. Ligando Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e Monte Mor a Campinas, o traçado desse corredor aproveita partes de rodovias e vias urbanas existentes, mas na sua maior parte prevê ampliação de pequenas vias e estradas e trechos novos, que atravessam vazios urbanos e áreas rurais entre os municípios.

Os corredores de transporte tornam-se vetores de urbanização intensa, geram novas áreas de conurbação e induzem a ocupação urbana e o adensamento. Não devem ser o ponto de partida do desenho urbano, pois a lógica de seus traçados nada tem a ver com o social e o ambiental. Apesar disso, as obras da primeira etapa estão em execução sob aplausos dos empresários.

Esse exemplo ilustra a maneira como o Estado posterga, na sua ação metropolitana, um plano de macrodrenagem e manejo de recursos hídricos da RMC. Nos trechos metropolitanos dos rios que a constituem, ocorrem mais de 50% das captações e dos despejos de toda a bacia e mais de 70% dos lançamentos de efluentes industriais. Esse plano prescinde de diretrizes de ocupação e não-ocupação futura que definam um território impróprio à urbanização em consonância com as necessidades de reserva hídrica e de recarga de subsolo. A proposta de um anel verde surge dessa análise.





**CAMPINAS
MAPA DA OCUPAÇÃO
URBANA / REGIONAL**



LEGENDA:

-  urbano consolidado
-  urbano rarefeito
-  concentrações industriais
-  divisores de águas

Dados de ocupação produzidos a partir de fotos aéreas, cartografias municipais e observações de campo, no período entre 1995 e 2001 por Ari Vicente Fernandes, a partir do mapa fonte: **BASE aerofotogrametria** escala 1: 250.000

A PROPOSTA DO ANEL VERDE

Na prática do urbanismo moderno, a idéia de um cinturão ou anel verde envolvendo concentrações urbanas de porte metropolitano era discutida e aplicada há mais de um século. Na Grande São Paulo, o órgão gestor metropolitano planejou em 1975 uma grande área de proteção dos mananciais dividida em duas partes, ao Norte e ao Sul. Era um plano para preservar nascentes.

No caso de Campinas, a proposta compreende os vales de rios, espigões de pequena altitude e áreas de baixa encosta nos relevos mais suaves. As nascentes de córregos e ribeirões tributários teriam que ser manejadas de outras formas, pois encontram-se na sua maioria em áreas já urbanizadas.

O desenho do anel verde metropolitano deve ser uma produção coletiva envolvendo – além dos órgãos estaduais e municipais – segmentos da população, agricultores, proprietários de terras rurais, ambientalistas, técnicos e pesquisadores. Seu território deve compreender o maior número possível de remanescentes de cerrado e da Mata Atlântica e os possíveis corredores de conectividade. A agricultura, os pastos, as áreas de reflorestamento e as atividades de lazer e turismo são alguns dos usos do solo compatíveis com as áreas de restauro ecológico dos biomas citados.

Cabe aos técnicos procurar os conceitos que possam auxiliar esse trabalho coletivo. A esse respeito, destacam-se os trabalhos de Milton Santos, em especial os que foram reunidos no seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, publicado em 1996. São muito oportunas as observações de Maria Adélia Aparecida de Souza sobre o assunto, em um *paper* produzido em outubro de 2004, “Fundamentos do Plano Diretor de Campinas: o território usado como categoria de análise social e da gestão democrática”.

A importância do anel verde para o manejo dos recursos hídricos está associada aos sistemas de retenção de água como pequenos açudes, recuperação e ampliação de várzeas naturais, reconstituição de matas ciliares, principalmente junto à foz de córregos e ribeirões. Sistemas de tratamento fitossanitário de efluentes domésticos também podem ser instalados no seu interior, além de áreas de alagamento a jusante que funcionarão a cotas máximas no período das chuvas.

O anel verde metropolitano deve incluir a Área de Proteção Ambiental (APA) de Campinas, o médio-baixo curso do Atibaia entre Campinas, Jaguariúna e Paulínia, o perímetro irrigado da represa de Salto Grande em Americana, o vale do alto curso do Piracicaba, as áreas agrícolas da divisa entre Santa Bárbara d’Oeste e Piracicaba e entre Hortolândia e Monte Mor, envolver a cabeceira norte e lateral sudeste do aeroporto de Viracopos, compreendendo áreas rurais de Indaiatuba (Helvetia e Itaici) até o Rio Jundiá, as áreas agrícolas ao sul de Campinas junto às divisas de Itupeva e Valinhos, áreas não ocupadas entre Valinhos e Vinhedo, atingindo a “serra” de Itatiba e voltando ao Atibaia, na porção sul da APA de Campinas – conforme esboçado no mapa regional.

EPÍLOGO

Todos os municípios que revisaram ou fizeram seus planos diretores terão agora que pôr em funcionamento seus sistemas de gestão permanente, com participação popular. Tais órgãos são espaços privilegiados de aprendizado, de capacitação de lideranças, de investigações e proposições territoriais. A discussão do anel verde, assim como de outros grandes espaços regionais de não-ocupação urbana, deve ser pautada como prioritária para os municípios e na escala da região.

As universidades e os centros de pesquisa têm a tarefa de subsidiar esse trabalho, de produzir e sistematizar todas as referências disponíveis para que os resultados, no processo de planejamento, sejam mais animadores e conseqüentes para o futuro regional do que parecem ser os novos planos diretores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, A. V. *Urbanização versus recursos hídricos na Bacia do Piracicaba*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RESUMO

A recente produção de novos Planos Diretores ou de revisão dos existentes é atualmente um marco importante da administração pública no Brasil. Ainda está por ser feita uma avaliação mais detalhada dessa produção que deve ter envolvido cerca de mil municípios em todo o Brasil, no ano de 2006. Este artigo trata de alguns resultados desse processo na cidade de Campinas (SP) e suas conseqüências regionais no que se refere ao manejo de recursos hídricos e áreas de proteção ambiental, propondo um anel verde metropolitano.

PALAVRAS-CHAVE: recursos hídricos, planejamento urbano, Plano Diretor.

CAMPINAS NEW URBAN PLAN: NO WATER MANAGEMENT PROPOSALS

ABSTRACT

In the last year of 2006 a thousand Brazilian cities finished their urban plans. Now they must be evaluated for the Government, as a very important goal of public work. This paper starts the analysis about Campina's urban plan, theirs regional contributions on water management and protection and the idea of a metropolitan green belt.

KEYWORDS: *water resources, urban planning, Master Plan.*